

Técnica do golpe de censura

O título não é do 7.7 — vem do ensaio que José Cardoso Pires publicou durante o regime de Caetano na revista *Esprit*. Agora, que estamos em semana da «Operação Censura» retomamo-lo como identificação de um breve «dossier» de peças recolhidas nos colóquios que se estão realizando no Instituto Alemão.

O ADOGADO DA CENSURA

Salazar chamava-lhe (à censura) o mal necessário — e não ia mais longe. Caetano intitulou-a de «medida impopular». Baptista (que já lá vai) atribuiu-lhe «todos os inconvenientes de um tribunal de excepção». Só um homem, o deputado fascista Aguiar e Silva, teve a ousadia de a defender. Em plena Assembleia Nacional, fazendo-se mais papista que todos os papas das ditaduras, o sagaz nacional-salazarista citou o «Elogio da Censura», de Paul Morand e esclareceu:

«Nesta obra afirma-se que, se através dos tempos, o regime de censura teve alguns inconvenientes, nem por isso deverá ser esquecido o reverso da medalha, que é de ter constituído para os escritores um daqueles *requintados* constrangimentos de que falava Paul Valley». Depois de ter, assim, demonstrado que os escritores *requintados* só deviam estar gratos ao lápis azul dos censores, o independente deputado explicou-se: «Paul Morand acrescentava

então, na mais primorosa linguagem, que a censura obrigava o escritor a fazer da sua pena uma arma de subtilezas, de acutilantes subtilezas. Por outro lado, sob o ângulo do leitor, ela obrigava-o a ler com maior atenção, forçando-o a ler nas entrelinhas, nas meias palavras, de modo a apreender aquilo que o escritor quis mas não podia dizer à vontade». Perante esta magnânima demonstração de defesa do escritor e da reeducação dos adultos, um outro deputado não se conteve e respondeu à letra:

«Aproveito para lembrar a V. Exa. as palavras do grande pensador Xavier Maíste: os sapatos apertados fazem descobrir novas danças!».

QUEM APERTAVA OS SAPATOS?

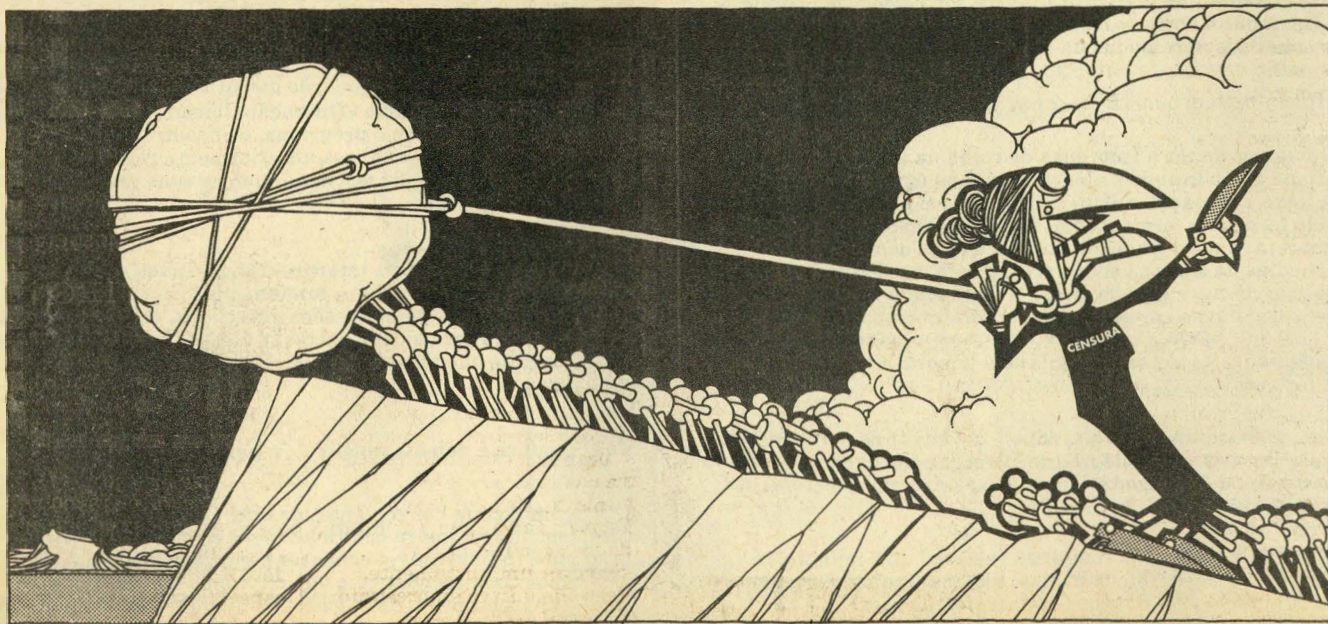
Quem apertava os sapatos para fazer dançar o escritor ao ritmo do Estado Novo eram evidentemente os censores. E não só. As censuras paralelas, também. Desde a autocensura individual à autocensura de

grupo (centros culturais, bibliotecas e boletins de empresa) toda a paisagem mental portuguesa era percorrida por circuitos de vigilância da opinião escrita, inspirados na subserviência e no benefício da confiança do regime. Nas grandes instituições independentes (Fundação Calouste Gulbenkian, Automóvel Club de Portugal, Cruz Vermelha Portuguesa, Fundação Ricardo Espírito Santo) os compromissos com o *establishment* impunham desde logo um dirigismo cultural e de casta social incompatível com qualquer abertura de opinião. Nos emissores audiovisuais particulares e fiscalização permanente de um delegado do Governo criava por si só o condicionamento político da comunicação. Por seu lado, nos *trusts* económicos e industriais os departamentos de publicidade e de relações públicas actuavam como canais de pressão sobre a Imprensa. Uma inquisição nunca se faz por si só, tem mil olhos e mil ouvidos, e mil caminhos para o silêncio.

A MORTE CIVIL

Na literatura, os censores não se limitavam a mandar apreender os livros. Visavam principalmente o escritor nacional, procurando isolá-lo da comunidade, retirando-lhe a influência e o prestígio e,

acima de tudo, tornando-o perigoso ou prejudicial para o editor. Para isso usavam de larga tolerância em relação às obras estrangeiras e ao mesmo tempo dissecavam com empenho os textos nacionais, criando uma concorrência desfavorável e desencorajadora para a edição dos originais portugueses. O consulado do terror do ministro Paulo Rodrigues foi neste capítulo ferozmente agressivo. Criando um «Gabinete Fantasma», ultra-secreto e onipotente, aprofundou o isolamento do «guetto» literário, introduzindo-lhe um *know how* sofisticado que foi até ao terrorismo cultural. A censura passou a inflectir de preferência sobre o autor e não sobre o texto. Entrava no detalhe individual, no pormenor privado e na provocação psicológica, de modo a condicionar o escritor e a impor-lhe o isolamento. A publicação de uma fotografia, a simples referência do seu nome em qualquer noticiário era cuidadosamente meditado. A crítica desfavorável à obra do escritor maldito, o «Gabinete Fantasma» dava-lhe curso livre. À que o elogiasse punha-lhe o carimbo da proibição. Inversamente, ao literato de confiança deixava passar o elogio e cortava o pormenor negativo — e assim, dicotomizando, distorcendo, a censura impunha uma



mais um bocadinho de força e acabem-lhe de vez com a censura.